SEFIN
SECRETARIA DE FINANÇAS
https://sefin.aquiraz.ce.gov.br
+55 85 4062-8090 Ramal: 9100
protocolo.sefin@aquiraz.ce.gov.br

# PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

## RNI - IPTU - RECONHECIMENTO DE NÃO INCIDÊNCIA DO IPTU – ATIVIDADE RURAL

## ITEM I – IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

| NOME OU RAZÃO SOCIAL | | | CPF OU CNPJ |
|---|---|---|---|
| RG OU INSCRIÇÃO ESTADUAL | ESTADO CIVIL | DATA DE NASCIMENTO | NOME DA MÃE |
| TELEFONE: | | E-MAIL: | |
| NOME DO PROCURADOR OU REPRESENTANTE LEGAL: | | | CPF: |

## ITEM II – DADOS DO IMÓVEL

| INSCRIÇÃO: | MATRÍCULA: | TIPO: |
|---|---|---|
| ENDEREÇO: | | |

## ITEM III – OBSERVAÇÕES

https://sefin.aquiraz.ce.gov.br
+55 85 4062-8090 Ramal: 9100
protocolo.sefin@aquiraz.ce.gov.br

O requerente qualificado no **ITEM I** solicita o **RECONHECIMENTO DA NÃO INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU** referente ao imóvel identificado no **ITEM II**, localizado na zona urbana do Município de Aquiraz, por ser **destinado economicamente e efetivamente utilizado em atividade rural**.

Declara, nesta oportunidade, estar ciente de que o reconhecimento da não incidência ora requerida dependerá da comprovação da efetiva exploração rural do imóvel, nos termos do **art. 5º, § 6º, da Lei Complementar Municipal nº 005/2013 (Código Tributário Municipal)**, do **Decreto Municipal nº 071/2025**, com as alterações introduzidas pelo **Decreto Municipal nº 046/2026**, mediante apresentação de documentação idônea que demonstre a destinação econômica rural, inclusive o Laudo Técnico emitido pela Secretaria Municipal competente.

O requerente declara estar ciente de que a Secretaria Municipal de Finanças poderá solicitar documentos complementares e realizar diligências para verificar as informações prestadas, assegurando-se a análise do pedido conforme a legislação vigente, não constituindo a existência de débitos tributários ou a ausência de documentos cadastrais e de regularidade fiscal, por si sós, impedimentos ao reconhecimento da não incidência.

Declara, ainda, **sob as penas da lei**, serem verdadeiras as informações prestadas e autênticos os documentos apresentados, assumindo integral responsabilidade por seu conteúdo, estando ciente das consequências administrativas, tributárias e penais decorrentes de eventuais declarações falsas ou fraudulentas, especialmente as previstas no **art. 299 do Código Penal** e, quando configuradas as respectivas hipóteses legais, na **Lei Federal nº 8.137/1990**, que dispõe sobre os crimes contra a ordem tributária.

Aquiraz – Ceará, _____ de _____ de _____.

_____
ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL
OU REPRESENTANTE LEGAL